

Educação em Gramsci e as estratégias do capital: Aliança para o Progresso e sua “ação educativa” para o campo no Brasil (1961-1969)

Melissa de Miranda Natividade¹

Resumo: As formulações de Antonio Gramsci sobre educação estão inseridas em suas reflexões teóricas mais amplas, ou seja, não podem ser descoladas de suas análises sobre como as classes dominantes constroem e mantêm sua dominação política e cultural sobre os grupos subalternos. Dessa forma, o conceito de Estado Ampliado ou Integral nos permite verificar a estrita relação existente entre as formas de organização singulares e, principalmente, coletivas (sociedade civil) e as instituições que compõem o Estado restrito (sociedade política). Torna-se, então, essencial, no pensamento gramsciano, a figura do intelectual como “efetivo organizador das vontades e da ação coletiva”, que promoverá a inscrição do projeto da fração de classe hegemônica – ou em vias de assim se tornar – na sociedade política. Além disso organiza a construção do “consenso das grandes massas pouco organizadas”, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes. Essa capacidade organizativa dos intelectuais está materializada nos aparelhos privados de hegemonia, que buscam a construção do consenso. Partindo do pressuposto que as análises de Gramsci sobre o estado capitalista podem funcionar também como ferramenta de organização do método de pesquisa, nosso trabalho aborda políticas públicas na área de Educação e pesquisa emanadas do Estado brasileiro na década de 1960. Tais políticas estão contidas no âmbito dos acordos que envolveram a Aliança para o Progresso, programa de cooperação técnica e financeira norte-americano. O principal intento é demonstrar as estratégias de vulgarização, de “direção intelectual e moral” e de difusão ideológica estadunidense no Brasil.

Palavras-chave: educação; campo; Gramsci.

Education in Gramsci and the strategies of capital: Alliance for Progress and its educational action for the countryside in Brazil (1961-1969)

Abstract: Antonio Gramsci's formulations of education are embedded in his broader theoretical reflections, that is, they can not be detached from his analyzes of how the ruling classes construct and maintain their political and cultural domination over subaltern groups. In this way, the concept of an Expanded or Integral State allows us to verify the strict relation existing between the singular and mainly collective forms of organization (civil society) and the institutions that make up the restricted State (political society). The figure of the intellectual as "effective organizer of wills and collective action" becomes essential in Gramscian thought, which will promote the enrollment of the project of the hegemonic class fraction - or in the process of becoming - into society policy. Moreover, it organizes the construction of the "consensus of the masses of the unorganized," in order to obtain their adherence to the projects articulated by the dominant groups. This organizational capacity of the intellectuals is materialized in the private devices of hegemony, that seek the construction of the consensus. Based on the assumption that Gramsci's analyzes of the capitalist state may also function as a tool for organizing the research method, our work addresses public policies in the area of Education and Research emanating from the Brazilian State in the 1960s. These

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista CAPES. E-mail: melissa.natividade@hotmail.com .

policies are contained in the scope Of the agreements that involved the Alliance for Progress, a US technical and financial cooperation program. The main attempt is to demonstrate the strategies of vulgarization, of "intellectual and moral direction" and of American ideological diffusion in Brazil.

Keywords: education; countryside; Gramsci.

O governo de J. F. Kennedy, logo em seus primeiros meses, estabeleceu sua principal política externa direcionada aos países da América Latina, era o início da chamada Aliança para o Progresso. O programa de assistência técnica e financeira estadunidense tinha suas principais bases estabelecidas na Carta de Punta Del Este, de agosto de 1961. O presente trabalho apresentará uma parte de nossas pesquisas de doutorado, onde partimos de um objeto que se constitui em um programa de ação capitaneado pela maior potência capitalista da região, direcionado aos países do hemisfério americano, tendo como objetivo principal acelerar “o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes” (CARTA DE PUNTA DEL ESTE, 1962).

Entendemos o programa da Aliança para o Progresso como um dos principais instrumentos de disseminação de uma ideologia da modernização, ou seja, um dos principais meios utilizados para a modernização do capitalismo nos países da América Latina.

Nossas pesquisas recaem sobre a aplicação do programa estadunidense no Brasil nas áreas rurais, abordando as políticas públicas em educação e pesquisa emanadas do Estado brasileiro na década de 1960. Tais políticas estão contidas no âmbito dos acordos que envolveram a Aliança para o Progresso. O principal intento é demonstrar as estratégias de vulgarização, de “direção intelectual e moral” e de difusão ideológica estadunidense no Brasil.

Para tanto, alguns conceitos de Antonio Gramsci são fundamentais para elaborar esse estudo que tem como premissa não a noção de Estado que “paira sobre as nossas cabeças”, mas um Estado eivado de interesses da classe dominante, com a participação direta na dominação de classes presente nas sociedades capitalistas. Gramsci afirma em suas cartas e anotações carcerárias que seus estudos ampliavam muito a noção de intelectual, levando a caracterização de um conceito de Estado mais amplo e renovado:

[...] Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como

sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais [...]. (Carta a Tania, 7-9-1931; *Cartas*, vol.2, p.84, apud COUTINHO, 2011, p.267).

A noção de Estado em Gramsci só pode ser entendida em seu sentido orgânico e mais amplo, isso porque, em várias passagens dos *Cadernos do Cárcere* o marxista sardo apresenta que “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011, p.244). A definição de “Estado Ampliado” em Gramsci foi apresentada por Christine Buci-Gluksmann para sintetizar a fórmula do pensador (BIANCHI, 2008, p.177) e passou a ser muito utilizada, porém vale uma observação nos seus escritos sobre o par sociedade civil e sociedade política.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2001, p.20-21).

Para Gramsci não existe a separação entre sociedade civil e sociedade política, ele insiste em seus escritos que tal separação só poderá ser realizada para fins de análise, pois a correlação de forças entre elas é fulcral nos seus estudos sobre o Estado no capitalismo. A sociedade política é o Estado em seu sentido restrito, o “aparelho de governo”, já a sociedade civil é o “aparelho privado de hegemonia” (GRAMSCI, 2011, p.254-255). Dessa forma, a materialidade da sociedade civil pode ser entendida através do “conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’”, que Gramsci destaca como sendo formado por igrejas, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos, imprensa, entre outros (BIANCHI, 2008, p.179).

A sociedade civil para Gramsci é a esfera de ação dos intelectuais, pois é nela que se organizam e por ela que se difundem as ideologias dos grupos dominantes. Bianchi (2008) interpretando a obra de Gramsci afirma que a função dos aparelhos privados de hegemonia é “articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes” (idem, p.179).

Cooperação técnica em educação rural básica através da Aliança para o Progresso

A *United States Agency for International Development* (USAID), criada pela administração Kennedy, era responsável por gerenciar toda a ajuda externa norte-americana e foi incluída no Departamento de Estado. Fowler Hamilton, um nome oriundo do mundo empresarial, foi nomeado como seu primeiro diretor e, como administrador da USAID, tinha o *status* de Subsecretário de Estado, sendo responsável pela coordenação da assistência externa. A linha de responsabilidade era distribuída entre quatro órgãos regionais, cada qual liderado por um Administrador Assistente. Uma destas subagências era o *Bureau of Latin America*, cujo gestor passou a ser também o Coordenador Americano da Aliança para o Progresso.

No Brasil, os primeiros acordos de “cooperação agropecuária” entre a USAID, o Ministério da Agricultura e a Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP)², foram assinados em novembro de 1964. Após o golpe empresarial-militar de 1964 o programa da Aliança se ampliou e se consolidou no Brasil, e a análise da atuação do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP) – criado em outubro de 1965, por meio do decreto do Executivo federal nº 56.979 – nos ajuda a verificar o escopo de atuação do programa no campo brasileiro. Com a criação do CONTAP, o Ministério da Agricultura e a USAID realizaram ajustes nos contratos firmados anteriormente.

Ao analisarmos os componentes dos órgãos responsáveis pela operacionalização do programa estadunidense no Brasil, podemos verificar a inserção de intelectuais orgânicos da classe dominante como, por exemplo, Luiz Simões Lopes³ e Heitor Grilo⁴. Os dois representam a inserção de importantes intelectuais orgânicos da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) junto à órgãos do estado restrito responsável pela centralização dos acordos relacionados à agricultura firmados com os Estados Unidos. A SNA era uma das principais entidades do patronato rural à época, e interessa-nos em nossa pesquisa verificar mais de perto sua relação com os governos brasileiros ao longo

² Desde o governo parlamentarista de João Goulart, já pudemos verificar um esforço no sentido de estruturar agências para receber financiamentos do programa estadunidense. Em maio de 1962, através do Decreto nº 1.040, foi criada a Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP), que, inicialmente, ficou subordinada à presidência do Conselho de Ministros.

³ Luiz Simões Lopes foi idealizador e presidente da FGV de 1944 a 1993; era membro do Escritório Técnico de Agricultura (ETA) e do CONTAP; presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) de 1962 a 1979 e membro do Conselho Superior da SNA de 1959 a 1993.

⁴ Responsável pelo setor de agricultura da COCAP. Agrônomo e veterinário, Grilo esteve no Ministério da Agricultura nos anos 1930 e 1940 (Escola Nacional de Agronomia e Escola Nacional de Veterinária), foi terceiro presidente da SNA entre 1963 e 1971 e também membro do Conselho Superior da entidade entre 1959 a 1975.

da década de 1960 e inícios dos anos 1970, bem como suas estratégias de atuação para garantir os interesses das frações de classe que representava em relação ao programa de cooperação financeira e técnica estadunidense.

Outra importante figura para entendermos essas estratégias de atuação foi Roberto Campos. Entendemos Campos como figura central na implementação, manutenção e supervisão da Aliança para o Progresso no Brasil. Campos já participava ativamente das relações bilaterais entre Brasil-EUA, desde os anos 1950. Nos anos iniciais do programa – durante o governo de João Goulart (1961-1964) – Campos esteve à frente da embaixada em Washington e empenhou-se em negociações com o governo norte-americano, bem como com instituições financeiras privadas, visando fomentar ajuda financeira para o Brasil. De outro lado, Campos insistia sempre, junto aos Ministros das Relações Exteriores, para que o governo realizasse maior esforço de coordenação e de planejamento, dada a necessidade de planos detalhados – para análise da USAID – serem pré-condição para obter qualquer auxílio financeiro da Aliança. Além disso, era intelectual orgânico do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e participou das articulações para a derrubada de João Goulart, sendo peça chave na administração Castelo Branco na promoção da “modernização” da estrutura socioeconômica e reformulação do aparelho do Estado.

Chama atenção, então, a figura do intelectual como “efetivo organizador das vontades e da ação coletiva” (MENDONÇA, 2014, p.35), que promoverá a inscrição do projeto da fração de classe hegemônica – ou em vias de assim se tornar - na sociedade política. Além disso ele organiza a construção do “consenso das grandes massas pouco organizadas”, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes. Essa capacidade organizativa dos intelectuais está materializada nos aparelhos privados de hegemonia, que buscam a construção do consenso.

Dessa forma, ao realizarmos a análise dos projetos emanados da Aliança para o Progresso, não podemos perder de vista que representantes de aparelhos privados de hegemonia da classe dominante agrária (e não agrária, porém com interesses diretos) estavam à frente da articulação e elaboração de políticas públicas implementadas no campo brasileiro.

Os acordos entre MA/CONTAP/USAID dividiam-se em: CONTAP I – Produção Agrícola (pesquisa, extensão rural, produção agropecuária, cadastro rural, colonização); CONTAP II – Ensino Agrícola de Nível Médio e CONTAP III – Comercialização Agrícola (comercialização, estatística, análise, planejamento e crédito

rural). Em 1967 os três acordos receberam respectivamente: NCr\$ 4.315.000,00, NCr\$ 703.000,00 e NCr\$ 1.460.000,00. Para o gerenciamento das atividades desenvolvidas através dos projetos específicos foram criadas Administrações Estaduais a cargo do MA, das Secretarias de Agricultura dos respectivos estados, de universidades e de filiais da Associação Brasileira e Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Os projetos e subprojetos ficaram sob o comando de executores escolhidos dentre técnicos das entidades participantes (BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório Convênios MA-CONTAP-USAID*, 1967, p.3).

Podemos observar que o convênio entre MA/CONTAP/USAID abarcou de forma destacada a educação rural básica. O subprojeto CONTAP II, *Ensino Agrícola de Nível Médio*, tinha como objetivos:

- 1) Levantamento e pesquisas para fundamentação de programas de trabalho, administração, organização e avaliação das tarefas a serem executadas.
- 2) Formação e aperfeiçoamento de técnicos visando: educação de agricultores jovens e adultos; educação de donas de casa do meio rural; atualização pedagógica e técnica do corpo docente dos estabelecimentos da SEAV; oficinas rurais e sua aplicação; atualização pedagógica de Diretores de Estabelecimento, através de Encontros, Simpósios, etc.
- 3) Treinamento de agricultores e donas de casa do meio rural.
- 4) Apoio ao Programa de Modernização de equipamentos e instalações das escolas, visando ao melhoramento das condições de ensino e ao auto abastecimento: Escola Fazenda; cooperativismo escolar; programas agrícolas orientados; hortas escolares; complementação de maquinaria agrícola, equipamento, material didático, bibliotecas, etc.
- 5) Apoio ao Programa de Educação Vocacional Agrícola, e de Economia Doméstica (BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório Convênios MA-CONTAP-USAID*, 1967, p.46).

Analisamos o referido subprojeto tendo como premissa que as estratégias de vulgarização do paradigma estadunidense de modernização no campo passaram, principalmente, pela educação rural que, a partir da década de 1950, experimentou uma forte influência norte-americana efetivando um processo de “ressignificação” do próprio conceito de educação. A longa citação abaixo demonstra as reflexões de Mendonça sobre esse processo, das quais nosso trabalho parte para investigar o aprofundamento desse paradigma de “educação para o trabalho” durante o período em que o programa de cooperação financeiro e técnico lançado por Kennedy atuou no Brasil.

Este quadro, entretanto, sofreria profunda inflexão a partir do envolvimento dos Estados Unidos nas questões econômicas e educacionais brasileiras, mormente aquelas destinadas à “população do campo”. O contexto internacional, inaugurado pelo engajamento norte-americano na Segunda Grande Guerra e, posteriormente, pela Guerra Fria, faria com que a ingerência da nova potência hegemônica na Educação Rural brasileira operasse uma ressignificação do próprio conceito, retraduzindo-o em novas

bases que, se por um lado afastariam ainda mais tal ramo de ensino de uma dimensão escolar, por outro, agilizaram de forma insuspeita o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo. Sob tais condições, a nova modalidade de “ensino rural” daí emergente adquiriria um triplo papel: o de imobilizador da força de trabalho no campo; o de neutralizador de conflitos sociais rurais e, finalmente o de qualificador da mão de obra, mediante a afirmação hegemônica do projeto de “educação para o trabalho”, consagrador da segmentação definitiva entre trabalho manual e trabalho intelectual (MENDONÇA, 2010-b, p.81).

Defendemos nesse trabalho que a Aliança para o Progresso, através dos acordos de “cooperação técnica” aqui estudados, foi um programa que aprofundou essa “ressignificação” do ensino agrícola no Brasil, disseminando o “ensino vocacional” para jovens e adultos sempre diretamente ligado a um modelo de modernização inspirado nos países desenvolvidos, principalmente norte-americano.

A década de 1960, com os acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, no âmbito da educação rural, foi também marcada por um período de menores embates entre o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Agricultura⁵. Os diversos convênios no escopo da Aliança para o Progresso, no que tange ao ensino rural, envolviam ação conjunta de ambas as pastas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961⁶ centralizou no Ministério da Educação todos os ramos de ensino no país, porém ficou mantida dentro da estrutura da pasta da Agricultura a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV).

A SEAV destinava-se a “orientar e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus e ministrar o ensino superior, médio e elementar da agricultura às populações rurais”, devendo “cumprir e fazer cumprir” a Lei N° 4.024 (BRASIL, Ministério da Agricultura, 1963, p.14). Dessa maneira, podemos verificar através das fontes, a participação do Ministério da Educação em colaboração com a Pasta da Agricultura no projeto CONTAP II pelo menos até o final de 1967. A partir de 1968 a SEAV se desvinculou do Ministério da Agricultura, passando a chamar-se Divisão do Ensino Agrícola⁷, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

O CONTAP II se subdividiu em cinco subprojetos: A) levantamento e pesquisas para fundamentação de programas de trabalho, administração, organização e avaliação das tarefas a serem executadas; B) formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico e administrativo dos estabelecimentos de ensino agrícola; C) assistência educativa as

⁵ A atuação das duas pastas, desde a década de 1930, demonstrava conflitos intraestatais imbricados à temática do Ensino Rural (MENDONÇA, 2010b).

⁶ Lei N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

⁷ Em algumas fontes encontramos Diretoria do Ensino Agrícola.

populações rurais – educação de agricultores jovens e adultos e donas de casa do meio rural; D) apoio ao programa de modernização de equipamentos e instalações das escolas (escola fazenda, cooperativismo escolar, hortas escolares, programas agrícolas orientados, maquinaria agrícola, equipamento, etc.); E) assistência a Educação Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica (BRASIL. MA. *Relatório Convênios MA-CONTAP-USAID*, 1967, p.47).

As atividades do projeto CONTAP II somente no ano de 1967 envolveram, entre diversas outras, a realização de **31** Cursos em diferentes regiões do país para o treinamento de diretores, professores e pessoal administrativo dos estabelecimentos de ensino agrícola de grau médio, totalizando **713** participantes. Concomitantemente os professores técnicos receberam instruções sobre organização e funcionamento de cooperativas escolares. Realizaram-se **304** cursos para agricultores jovens e adultos e **106** para donas de casa do meio rural, distribuídos em nove estados, treinando **5.530** agricultores e **1.803** donas de casa. Outra atividade foi a aquisição e distribuição de inseticidas, fungicidas e adubos para **43** escolas agrícolas à guisa de “assistência material”. Orientação dos professores da rede de ensino agrícola sobre cooperativismo e programas agrícolas orientados e a organização de **7** cooperativas escolares. Criação de **4** Laboratórios de Economia Doméstica. Manutenção de **7** unidades de Educação Vocacional Agrícola, instalação de **3** novas unidades, e treinamento de pessoal técnico com a realização de **2** cursos, que contou com **40** participantes. Por último, mas não menos importante, no sentido de demonstrar como o paradigma estadunidense de modernização no campo foi perpetrado através dos projetos da Aliança, citamos a tradução e divulgação de **4** trabalhos sobre solos, empresas agrícolas e horticultura, cujos originais foram publicados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*Idem*, p.45-50).

Educação rural como caminho para o “desenvolvimento”

A USAID celebrou uma série de acordos com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), muito conhecidos como “Acordos MEC-USAID”, tendo em vista a assessorar o processo que resultou na reforma da universidade brasileira, no final dos anos 1960 e sua influência direta na orientação do ensino para o trabalho⁸. Tais acordos

⁸ “(...) a ajuda proporcionada pela USAID ao processo educacional brasileiro era mais uma tentativa de garantir o lucro dos capitais investidos no Brasil, na medida em que o aparelho educativo produzisse um

foram alvo de intensas críticas e debates não apenas provenientes dos movimentos estudantis, como também de professores, parlamentares e jornalistas, daí sendo desencadeada uma dura repressão do regime contra os estudantes. Dentre as críticas estava o questionamento sobre a falta de ampla publicidade do conteúdo dos acordos e dos planos de trabalho.⁹

Tarso Dutra¹⁰, então chefe da Pasta da Educação, em novembro de 1967, publica uma compilação dos acordos firmados com a USAID, como uma resposta às críticas recebidas. O material é rico, uma vez que reúne acordos com a agência internacional que, algumas vezes, não deixava muito clara, em outras fontes, sua relação direta com a Aliança para o Progresso. Para nossa pesquisa foi muito útil pois, como já mencionado, a partir de 1968 a SEAV se desprende do Ministério da Agricultura e passa para a órbita do MEC como Divisão (ou Diretoria) do Ensino Agrícola. Dessa forma, o material possui um capítulo específico sobre essa Diretoria, contendo também os acordos que migraram da SEAV, dentre os quais destacamos:

1) Convênio estabelecido entre o ETA e a SEAV, denominado Desenvolvimento do Ensino Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica, em julho de 1965 com duração até julho de 1968, tinha como finalidade atividades para o “desenvolvimento do ensino vocacional agrícola e de economia doméstica”. Participavam da estruturação dos planos de trabalho do convênio representantes do ETA, da SEAV do Ministério da Agricultura e da Diretoria de Ensino Secundário do MEC.

2) Convênio celebrado entre a SUDENE, com a interveniência da Universidade Rural de Pernambuco, e a SEAV, em novembro de 1965 com vigência até dezembro de 1968. A finalidade era a execução de um programa de aplicação e melhoramento da rede de estabelecimentos de Ensino Agrícola da SEAV e para a criação de unidade de formação e treinamento de professores de Ensino Agrícola no Nordeste. O acordo previa ações como aumentar o número de diplomados; aumentar as instalações de ensino; dotar os estabelecimentos de material didático e equipamentos necessários; intensificar a assistência técnica; aumentar o número de professores de ensino técnico agrícola e a

contingente de mão-de-obra eficientemente capaz de implementar o novo modelo econômico, implantado a partir de 1964” (ARAPIRACA, 1979).

⁹ Os temas aqui mencionados serão esquadrihados na tese.

¹⁰ Deputado Federal pelo Partido Social Democrático (PSD) de 1951 a 1967, como Ministro da Educação participou das reuniões do Conselho de Segurança Nacional das quais se originou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi consultor jurídico do Banco Agrícola-Mercantil em Porto Alegre, presidiu o Conselho Interamericano Cultural da OEA (DHBB/CPDOC).

criação de uma unidade de formação e treinamento de professores de ensino agrícola no Nordeste, executada pela Universidade Rural de Pernambuco.

3) Contrato celebrado entre a SEAV e a SNA para a locação de imóvel da Sociedade pelo Ministério da Agricultura. O acordo previa o aluguel de um prédio de propriedade da SNA, situado no bairro da Penha, no Rio de Janeiro, para nele serem instaladas e funcionarem dependências da SEAV, por um prazo de vigência da locação de três anos.

4) Acordo de cooperação entre a Delegacia Federal de Agricultura no Estado da Bahia e a SEAV, ambos órgãos do Ministério da Agricultura. O acordo objetivava realizar no Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, em Catu, na Bahia, cursos de treinamento, incluindo conhecimentos práticos relacionados com a vida rural. O referido treinamento seria voltado para o pessoal dos órgãos da pasta da agricultura, do Estado da Bahia e de municípios, bem como de associações rurais, cooperativas, e entidades afins, jovens e adultos rurícolas “empenhados no desenvolvimento da produção agropecuária”.

5) Acordo firmado entre a SEAV e o INDA para manutenção e ampliação da Escola de Didática do Ensino Agrícola. Esta última foi criada em 1966¹¹ com o objetivo de dar formação pedagógica aos professores de Cultura Técnica e de Economia Doméstica Rural dos estabelecimentos de ensino médio; aperfeiçoamento aos demais professores dos quadros do Ministério da Agricultura; cursos rápidos e intensivos para pessoal de nível universitário (agrônomos, veterinários, economistas), além de outros técnicos ligados ao “desenvolvimento rural (MEC, 1967, p.36-74).

Os formuladores do programa estadunidense pregavam o aumento da produtividade agrícola como um dos principais impulsionadores do “desenvolvimento” dos países da América Latina. O “espírito da Aliança para o Progresso” trouxe, desde seu lançamento, a visão de que a Educação, juntamente com o treinamento e a pesquisa, era um dos principais caminhos para esse “desenvolvimento”, leia-se, industrialização e expansão de capitais. A visão de educação rural propalada através do programa deveria ser acompanhada sempre pela extensão rural, crédito, assistência técnica, mecanização, cooperativas e associações.

Observando o conteúdo desses vários acordos no âmbito da Aliança para o Progresso, que envolviam educação nas áreas rurais, podemos observar a disseminação desse modelo de modernização levado ao trabalhador do campo sob os mais variados formatos possíveis, utilizando a “educação” como estratégia de convencimento.

¹¹ Decreto nº 59.057, de 11 de agosto de 1966.

O Programa de Ação Econômico do Governo 1964-1966 (PAEG), lançado após o golpe empresarial-militar, atesta a inscrição da noção de planejamento na atuação administrativa do governo federal. Estava na ordem do dia a modernização da estrutura socioeconômica e uma reformulação do aparelho de Estado, tornando-o “técnico”, ou seja, desligando-o de qualquer relação com o bloco histórico populista retirado do poder.

No que se refere ao setor agrícola, o PAEG apresentava a agricultura como um setor retardatário, caracterizado pela baixa produtividade, e por uma disparidade de crescimento em relação ao setor urbano-industrial (GONÇALVES NETO, 1997, p.126-128). A solução dada baseava-se em profundas alterações no setor agrícola, combatendo os principais fatores que julgava-se dificultar a inovação tecnológica e o consequente desenvolvimento das atividades agrárias. Dentre esses era destacada a dificuldade de implementação de procedimentos ditos modernos no campo, obstaculizados pela “ausência quase absoluta de escolaridade do homem do campo”:

Dentro dessa ordem de ideias, a estratégia para a modernização da agricultura há de repousar fortemente na educação. Educação no seu sentido mais genérico, que significa prover o habitante do quadro rural com um mínimo de escolaridade, elevar-lhe os padrões culturais pela via de extensionismo e transmitir-lhe uma tecnologia nova pela demonstração (Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *Programa de ação econômica do governo 1964-1966 (síntese)*, apud GONÇALVES NETO, 1997, p.128).

Não é por acaso que, se compararmos as orientações que constituem o PAEG com as diretrizes da Aliança para o Progresso, encontraremos uma enorme aproximação de princípios. Com relação especificamente à educação rural, a noção de “educação no seu sentido mais genérico” encontra-se com o discurso de “educação em sentido amplo”, propalado pela Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), e como caminho para o “conhecimento e aperfeiçoamento técnico”, vulgarizado através do programa estadunidense das mais diversas formas. O que percebemos segue no sentido de considerar como primordial não a educação escolar, mas sim o treinamento para o trabalho. Mendonça (2010b) esquadrinhou essa influência norte-americana junto à educação rural no Brasil e demonstrou que a educação não escolar levada ao trabalhador adulto do campo, a partir da década de 1950, “implicaria não apenas na ressignificação da própria noção de educação, como também no adestramento supostamente perfeito

desses trabalhadores triplamente expropriados: de sua terra, de seu conhecimento e de sua própria identidade” (MENDONÇA, 2010b. p.162).

O PAEG reconhecia, ainda, como obstáculo à inovação, o problema da estrutura fundiária no Brasil, em um discurso muito próximo, também, ao presente na Carta de Punta del Este. O programa de ação do governo indicava como malformação não apenas a grande propriedade, que dificultava a utilização mais “eficiente” da terra e da mão-de-obra, mas também a pequena propriedade, que dificultava a “entronização de maquinaria”.

Já que uma Reforma Agrária de sentido tradicional não pode remediar a queda de produto derivado do declínio da produtividade do trabalho e do solo, segue-se que o tipo de reforma que o País deve realizar não pode apenas considerar a redistribuição em termos de imóvel rural. Terá de incorporar a esse processo de mudança econômico-social elevado conteúdo de política agrícola, traduzido em medidas tais como educação, novos esquemas de tributação da terra, organização cooperativa e melhoria do sistema de crédito rural (PAEG, apud GONÇALVES NETO, p.128).

Dessa forma, reforma agrária não envolveria mudanças na estrutura fundiária, devendo estar associada a essa noção de educação ressignificada, ao associativismo rural e à disseminação do crédito. O governo de Castelo Branco se apressaria em aprovar o Estatuto da Terra que, a despeito de vários embates, foi aprovado em período bastante curto, em novembro de 1964. Observando algumas questões que envolveram a lei de reforma agrária da administração Castelo Branco, podemos inseri-la sob a órbita de influência estadunidense na política interna brasileira, no sentido de implementar modificações no sistema produtivo local dos países “em desenvolvimento”. Isso com o objetivo de facilitar a expansão capitalista no campo, realizado em cooperação com a classe dominante brasileira.

Ancorando-se nos estudos de Antonio Gramsci, buscamos apresentar uma parte de nossas pesquisas que demonstram como o referido programa estadunidense agiu, no Brasil, no sentido de adequar as estruturas agrárias à dinâmica do capitalismo avançado, utilizando como uma das principais estratégias a educação como “direção intelectual e moral” e de difusão ideológica.

Referências:

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA, *Aliança para o Progresso: conceitos, objetivos, estrutura, realizações no Brasil*, janeiro de 1966.

BRASIL, Relatório Semianual MA/USAID Convênios 512-15-110-247.1, CONTAP I.1, Ministério da Agricultura/USAID, dezembro de 1967.

CARTA DE PUNTA DEL ESTE. *Apud* DREIER, John C. (org.). *A Aliança para o progresso: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, p. 167-186.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*.

Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. O ETA em Marcha: Guerra Fria e Educação Rural no Brasil (1950-60). *Anais Eletrônicos do Congresso Latinoamericano de História Económica y 4ta Jornadas Uruguayas de História Económica*. Montevideo, dezembro, 2007.

_____. As Políticas de Educação Rural do Ministério da Agricultura (1945-1961). *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação da Sociedade Brasileira de História da Educação*. Aracajú, 2008.

_____. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2010.

_____. *O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010a.

_____. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1920-1961)*. Niterói: EdUFF, 2010b.

_____. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014.

_____. *Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30 (1930-1945)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). *Acordos, Contratos e Convênios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1967.

SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA (SNA). *Da monocultura ao agrobusiness: a história da Sociedade Nacional da Agricultura*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.